

Seção Tendências / Debate
p 3

Mass Const

Brasil na encruzilhada

FOLHA DE SÃO PAULO
- 6 NOV 1986

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

Nos inícios deste século, nosso país já estava preparado para as grandes transformações que ocorreram nos cinquenta anos seguintes da sua história. A extraordinária produção cafeeira das últimas décadas do século anterior havia assentado as bases da industrialização, da urbanização e da ampliação do papel do Estado na economia e na vida social. As rebeliões dos anos 20 e as revoluções de 30 e 32 criaram as condições políticas para a concretização daquelas mudanças. Os que entenderam o significado desses eventos imprimiram a direção e o conteúdo das mudanças; os que não entenderam — ou por incapacidade de se desligarem do passado ou por estarem atados a dogmas políticos divorciados da realidade — perderam o trem da história.

Será que o processo constituinte em curso — fruto primeiro das mobilizações multitudinárias pelas diretas — configura uma dessas encruzilhadas da história? Em caso positivo, que tipo de sociedade futura estará contido virtualmente neste Brasil de 1986?

Obviamente, não presumo possuir resposta acabada para a questão. Ouso, contudo, alinhar algumas hipó-

teses de mudança, para as quais, creio o Brasil já está preparado.

Existem hoje em nosso país condições objetivas para solucionar o problema da "pobreza absoluta". Nenhum constrangimento técnico ou econômico obriga o Brasil a aceitar, como inelutável, a existência de 27 milhões de brasileiros vivendo abaixo da "linha da pobreza absoluta". Uma reforma agrária de verdade pode pôr um fim nisto, em menos de uma década.

O país encontra-se preparado também para levar a cabo um vigoroso processo de redução dos escandalosos desníveis sociais que o caracterizam atualmente. Diferenças de 150 vezes entre o salário de um operário e o de um executivo de empresa (sem falar de diferenças bem maiores entre esses salários e as rendas dos grandes empresários) não são "funcionais" — como já se quis fazer crer — a nenhum processo de acumulação de capital na economia. São, isto sim, incompatíveis com a vigência do regime democrático, pois, este, para funcionar, requer um mínimo de igualdade entre os cidadãos, condição que, obviamente, não é cumprida quando os desníveis de

renda atingem as proporções a que chegamos em nosso país.

Um conjunto articulado de reformas nos campos da tributação, dos salários, do sindicalismo, da previdência social, combinadas com transformações estruturais nos campos da educação, saúde, habitação e transportes, deflagrarão um processo acelerado de distribuição de renda, corrigindo, pelo menos parcialmente, a inaceitável distorção dos dias atuais.

Modificações no direito de propriedade, a fim de compatibilizar razoavelmente a iniciativa privada com a justiça social, a preservação do meio ambiente e a qualidade da vida constituem, hoje, exigências de amplos setores sociais. Não se aceita mais esse capitalismo manchesteriano que fabrica pobreza, polui rio, empesta o ar, destrói a memória histórica, violenta a cultura do povo.

Há, finalmente, por toda parte, um forte anseio de liberdade, uma exigência de participação, um sério reclamo de moralização da vida social e, em especial, da administração pública. Exige-se democracia nas fábricas, nas fazendas, nas escolas, nas relações entre as autoridades e os cidadãos; cobra-se o

cumprimento da lei. A exigência vai mais longe: a cidadania deseja não só dispor de instrumentos eficazes para controlar os que detêm postos de mando, como de meios efetivos de participação em decisão hoje da alçada exclusiva dos representantes populares.

Certamente, o PT baterá, com o vigor que o caracteriza, em todas essas teclas, mas dizer que o país está "preparado" para essas transformações não significa que as mesmas necessariamente virão a ser realizadas nas próximas décadas. Numa encruzilhada, pode-se tomar o caminho certo ou o errado. Tudo vai depender de dois fatores básicos: da capacidade de mobilização de massas dos órgãos da sociedade civil para pressionar democraticamente a Assembléia Nacional Constituinte por essas reformas; e da formação de um bloco político, integrado por forças e partidos comprometidos com uma plataforma popular, a fim de articular essa pressão de opinião pública.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO 56, é advogado, professor da Fundação Getúlio Vargas (SP) e da PUC (SP) e deputado federal, candidato a reeleição pelo PT-SP.